

A MUDANÇA DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA FACE À CRISE DA ECONOMIA. A FALÊNCIA DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Sandra Lencioni(*)

1. Introdução

Este texto procura situar porque houve uma mudança no discurso das políticas de desenvolvimento. Até recentemente a utilização da temática regional se constituiu no eixo central de legitimação de muitas dessas políticas. O que mudou? Estamos num momento em que não seria surpreendente reconhecer que a região – referência fundamental de grande parte dessas políticas, como conceito e realidade –, carece de consistência, tanto teórica como empírica. Além disso, muitas análises de desenvolvimento regional ainda pagam tributo a uma orientação empirista e funcionalista, diante do temor de um trabalho teórico, que resvalaria por mitos acadêmicos. O que é surpreendente é que após a grande ilusão gerada pelas propostas de equilíbrio regional, não haja ainda um esforço consistente de avaliação da temática regional, como teoria e como política.

Não seria nada original o abandono puro e simples do estudo das políticas regionais de desenvolvimento, do planejamento regional ou da região. Afinal, isso já aconteceu com outros temas que deixaram de ser moda. No entanto, faz parte da atividade acadêmica, tanto uma clara delimitação e avaliação dos limites do conceito de região, como da discussão da introdução de novos conceitos ou novas temáticas. Creemos que é melhor enfrentar o desafio. Por outro lado, é importante assumirmos que seria falso não admitir que a atividade acadêmica não teria uma dimensão política. A ascensão e queda de um tema vai além da exigência de uma elaboração intelectual. Esta faz parte do processo de

legitimação de forças políticas vivas, cuja ação social consegue institucionalizar alguns temas como resposta a demandas culturais e ideológicas de uma época. Perguntamos, a época do regional já passou?

Discutir porque houve uma mudança nos discursos das políticas de desenvolvimento e a falência proclamada das políticas regionais de desenvolvimento, permite entender não só o esvaziamento dos órgãos de desenvolvimento regional, como também situar a alteração do discurso desenvolvimentista. Esse discurso que se assentou no apanágio da industrialização – como uma necessidade histórica da mobilidade do capital hegemônico –, se pauta, hoje em dia, num discurso fundado no progresso técnico e organizacional, como mecanismo ainda atual para a reprodução capitalista. Além disso, essa reflexão também permite tecer esclarecimentos de como a temática regional exprimiu uma determinada conjuntura da acumulação industrial no Brasil, expressa, principalmente, através das políticas de desenvolvimento regional. Trata-se de indagar como as políticas de desenvolvimento regional cumpriram seu papel e porque a temática regional não cumpre mais uma função legitimadora das políticas de desenvolvimento. Restaria questionar se apesar da legitimação conservadora a que o tema se prestou, teria ainda a região alguma virtude política e social capaz de exprimir, no estudo do território, um potencial de esclarecimento.

(*) Professora Assistente Doutora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP

2. A Institucionalização do Regional

Foi nos anos cinquenta que o regional emergiu como questão, tornando-se um referencial para se compreender e atuar sobre o território brasileiro. As desigualdades do desenvolvimento territorial não eram um fato novo. Novidade era apenas que a preocupação com as diferenças territoriais, denominadas de desequilíbrios regionais, passaram a ser uma questão de Estado, norteando discursos e planos governamentais de intervenção num determinado espaço, num quadro de franca alteração econômica do Sudeste – face à montagem de um moderno parque industrial promovido pelo Plano de Metas do governo JK – onde as desigualdades regionais acabaram se reduzindo apenas às desigualdades do Nordeste com relação ao Sudeste.

Essa redução poderia ser explicada por dois tipos de argumentos. O primeiro, porque o Nordeste, enquanto unidade construída historicamente, passou a ser referido como uma questão, ou seja, como uma questão de Estado. Isso se deu no momento em que esse espaço delimitado geograficamente passou a ser objeto de intervenção governamental, onde as particularidades da reprodução capitalista neste espaço foram reequacionadas em função dos interesses do capital hegemônico nacional, concentrado no Sudeste. Esse reequacionamento, pelas mãos do Estado, veio acompanhado de um discurso regionalista que serviu para transformar as contradições sociais em contradições espaciais. Em segundo lugar, porque a formulação de uma questão regional implicando em estratégias de atuação do Estado, se tornou uma tática para conter os avanços das lutas populares. Naquela porção territorial, com cerca de 1/3 da população brasileira, sobretudo a população rural – dado o caráter daquela economia –, mostrou indícios de organização política contra as iniquidades daquele modelo de desenvolvimento. Assim, as desigualdades sociais eram recobertas pelo tema do desenvolvimento econômico do território nacional e se reduziram às diferenças de desenvolvimento entre o Nordeste e o Sudeste.

A explicação do desenvolvimento desigual, pelos chamados desequilíbrios regionais, ao se reduzirem a essa bipolaridade – Nordeste, Sudeste – abriram caminho para a transposição de análises dualistas no entendimento do desenvolvimento desigual. Os pares foram montados: Sudeste desenvolvido, Nordeste subdesenvolvido; o

moderno e o arcaico, o novo e o velho e, deram o fundamento para as teorias dualistas e as do colonialismo interno.

Naquela década o Brasil havia se tornado menor num cenário maior de crescimento econômico. Menor, porque a construção de uma extensa rede rodoviária aliada à implantação da indústria automobilística e à construção de Brasília no Planalto Central, transformou as distâncias. Ao mesmo tempo, a expansão da siderurgia e a construção de grandes usinas hidrelétricas completaram o cenário de uma nova industrialização.

Esse Brasil que emergia não dispensava a necessidade de volumosas somas monetárias para se realizar enquanto tal. De um lado, se buscou atrair capital estrangeiro e um dos mecanismos principais foi, em 1955, a Instrução 113 da SUMOC, que possibilitava a importação de equipamentos sem cobertura cambial; de outro, o Estado, quer como investidor direto ou subsidiando o capital privado, garantia os recursos para a realização dos "50 anos em 5". Contava menos a estabilidade econômica do que o desenvolvimento da economia. Na medida em que os gastos necessários aos investimentos e aos dispêndios com a infra-estrutura excediam à arrecadação fiscal, os mecanismos de emissão da moeda – sobejamente conhecidos na nossa história – foram, mais uma vez, acionados. Esse modelo de desenvolvimento econômico completou a integração do mercado. A expansão da nacionalização desse mercado ao consolidar a integração mercantil do território, completou a inviabilidade econômica de muitas indústrias, como, por exemplo as indústrias têxteis do Nordeste.

Naqueles anos cinquenta, o PNB havia crescido a taxas anuais de cerca de 6% ao ano, com um destaque para uma produção industrial cujo crescimento anual foi de cerca de 10%. Contudo, também cresceram as desigualdades de renda, de desenvolvimento setorial da economia e de desenvolvimento regional no Brasil. Já não era mais possível manter o funcionamento daquela engrenagem e o crescimento econômico começou a cair. Medidas antiinflacionárias e depressivas foram adotadas como elementos no combate à inflação, mesmo que esses significassem o comprometimento das atividades econômicas.

Neste contexto é que se criou, em 1959, a SUDENE – Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste – oriunda do CODENO – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste. Esse conselho havia sido criado para discutir as recomendações do GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – que atuou de 1956/58 e que havia sido concebido com o objetivo de buscar solucionar o atraso do Nordeste a partir da intensificação do processo de industrialização.

Cabe lembrar que esses não foram os primeiros órgãos públicos criados para atuarem na região. Anteriormente outros órgãos já haviam aí atuado, como o IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas –, de 1909, que mais tarde, em 1946, se transformou no DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Aquela Inspeção, do início do século, teve suas raízes já no Império, com a "Comissão de Açudes", criada em 1881. Ao lado de outros órgãos, essa Comissão acabou formando uma Superintendência, em 1906, denominada Superintendência de Estudos e Obras Contra as Secas, que inspirou o IFOCS, que como foi dito, se desdobrou no DNOCS e na SUDENE.

Essa sucessão de órgãos, mesmo apresentada de uma forma simplista, permite apontar, até num primeiro relance, a transformação do entendimento do Nordeste baseado na solução do flagelo das secas em direção à uma análise desnaturalizada, onde o parâmetro é dado pelas condições sócio-econômicas, deslocando-se as teses deterministas da correlação "as secas e seu flagelo" para situá-las num contexto mais amplo, sem contudo destacar as particulares condições naturais. Além disso, essa sucessão de órgãos, desde o Império, permite ver que as gestões territoriais fazem parte da política, mesmo quando não formuladas em termos de planos econômicos sistemáticos saídos da institucionalização do processo de planejamento do Brasil, que só se deu em 1962 com a criação do Ministério do Planejamento.

3. A SUDENE como Política Regional Exemplar

As políticas de desenvolvimento regional foram explicitadas como estratégias de intervenção apenas com a formulação da questão nordestina, ou seja, a partir dos interesses do capital hegemônico e da necessidade de se dar uma resposta à oposição política gestada pelas lutas

populares. Na elaboração do I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, em 1960, esta estratégia de intervenção, parece ter ocorrido pela primeira vez. Do flagelo das secas ao imperativo da industrialização, desnaturalizando-se os problemas do Nordeste, tem-se uma trajetória em direção à formulação teórica da questão regional e à possibilidade de uma legitimação fundada na necessidade da reprodução do capital hegemônico, assentado sobretudo no Sudeste, que precisava colocar o seu projeto da integração produtiva do território como de interesse geral. A necessidade da sua expansão industrial deveria ser traduzida no interesse do desenvolvimento industrial como meta fundamental e insubstituível para superar as desigualdades regionais de desenvolvimento.

Este foi o contexto em que a SUDENE foi criada. Aqueles anos eram de um quadro altamente inflacionário com uma economia francamente em recessão com poucos momentos de expansão. O cenário político apresentava tensões sociais que se avolumavam e o comprometimento das atividades econômicas significava uma luta política no seio do Estado, já que comprometia, também, a reprodução de segmentos do capital. A pressão política desses segmentos, diante do agravamento da recessão, induziu à distensão das práticas recessivas, no entanto isso acabou concorrendo para reascender a onda inflacionária.

A solução da crise exigia o rompimento do impasse político: ou se aplicava consequentemente um programa antinflacionário de fundo monetarista com o sacrifício transitório do nível de emprego, ou se impunham medidas cada vez mais amplas de contenção dos preços, que implicavam, a médio prazo, um aumento ponderável do controle da economia pelo Estado.

É claro que estas duas alternativas implicavam "modelos" distintos de desenvolvimento. A primeira, que visa controlar o aumento dos preços pela contenção da demanda monetária, decorre de um "modelo" em que o andamento da economia é basicamente determinado pelos mecanismos de mercado, em que a intervenção estatal se reduz ao mínimo e em que toda primazia política e social é dada à "iniciativa privada" (leia-se capital particular). A segunda, que visa frear a inflação mediante maior controle da oferta, decorre de um "modelo" em que o processo econômico é sujeito cada vez mais ao planejamento, tendo

em vista objetivos sociais, entre os quais avulta o da redistribuição da renda, para cuja realização a "liberdade econômica" (entenda-se: a liberdade de quem tem a propriedade) teria que ser inevitavelmente sacrificada.

Em março de 1964, o impasse político acabou com a derrubada do governo presidido por João Goulart pelas Forças Armadas e sua substituição por um regime autocrático, que imediatamente passou à realização da primeira alternativa. (SINGER, Paul – Evolução da Economia brasileira: 1955-1975. Revista "Estudos CEBRAP", n. 17, São Paulo, 1976).

A instituição de um programa antinflacionário de cunho monetarista baseou-se na estratégia de buscar recursos para a acumulação que não fossem inflacionários. Isso significava a elevação da receita pública através da reformulação do sistema tributário, quer pela reformulação dos impostos, quer pela criação de fundos (FGTS, PIS), e quer pela modernização do sistema de arrecadação. Estimular a poupança interna e promover a formação bruta do capital representava, de um lado, um esforço de diminuição do custo de vida sem aumento dos salários, através do arrôcho salarial e, de outro, a não imolação no altar dos sacrifícios dos lucros do capital e nem da renda dos proprietários fundiários, na medida em que esses seriam os elementos investidos da tarefa da acumulação. Por isso mesmo o capital e a propriedade fundiária da terra seriam os alvos da transferência de recursos do Estado através dos créditos concedidos pelo BNDE, BNH, BNB ...

O resultado foi que a carga tributária do período de 1965 a 1975 cresceu de 19,1% do PIB para 25,2%, e só não foi maior dado aos incentivos fiscais oferecidos pelo governo, os quais significavam 40% da receita tributária que se repassava ao capital privado. Se deduzirmos os investimentos diretos do Estado e os dirigidos à Defesa e Segurança Nacional, poucos gastos eram feitos em equipamentos coletivos de consumo social e em dispêndios gerais na área social.

A reforma tributária, fundamentalmente dos incentivos fiscais, havia feito crescer, não só a carga tributária, como também, havia contribuído para o declínio do déficit orçamentário, que de 1963 a 1971

baixou de 4,3% do PIB para apenas 0,3% e, também, havia possibilitado deter os mecanismos que faziam crescer a inflação.

Eram os anos do milagre. No período de 1968/74, a economia se expandiu deixando para trás a recessão que havia caracterizado os anos de 1962/67. Esses anos do milagre, foram marcados por duas características: a industrialização de bens duráveis e químicos tinha-se tornado relevante, bem como a alteração na estrutura das exportações, na medida em que a exportação de produtos manufaturados – também amparada por uma política de incentivos –, cresceu. Haja visto que de 1965 a 1974, a exportação de manufaturados que era da ordem de 7,2%, passou a ser de 27,75%.

Outro aspecto importante a assinalar é que a utilização da capacidade produtiva instalada foi crescente; o crescimento da produção de bens duráveis relacionava-se a uma demanda existente dada aos mecanismos de concentração da renda dos estratos médios urbanos. TV a cores, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos, automóveis... eram produzidos, enquanto que o ritmo de crescimento dos bens não duráveis, era bem menor. Um exemplo é a produção das indústrias têxteis que crescia num ritmo bem menor que a produção dos bens duráveis e sofria uma depressão da demanda, de um lado, com relação ao mercado externo e, de outro, do interno, na medida em que esse último se relaciona com o consumo nacional que estava bastante penalizado por esse modelo de desenvolvimento econômico.

Foi dentro destes parâmetros, através da promoção da indústria de bens duráveis e das alterações das exportações, é que se procedeu à mobilidade do capital hegemônico para o Nordeste, como um mecanismo de reprodução do grande capital. Não era o mercado local, nem os meios de produção locais e a força de trabalho que contavam. Esses eram apenas conteúdo dos discursos regionalistas. Indústrias de capital intensivo, poupadoras de mão-de-obra, integravam, pela atividade produtiva, o território nacional. Filiais se montavam, mas o quartel general das empresas ficava, na maioria dos casos, no Sudeste; associações com o capital local eram estabelecidas.... O mercado já havia sido integrado, era a vez da integração produtiva do território através do deslocamento da indústria. O que contava eram os incentivos fiscais travestidos de capital adiantado e foi

essa lógica que orientou também as diretrizes da SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – e dos demais órgãos de desenvolvimento regional, fazendo transparecer apenas o discurso da equidade do desenvolvimento.

4. A Crise e as Políticas de Desenvolvimento Regional

O modelo de crescimento a qualquer preço teve seus dias contados. A capacidade de importar se restringiu. A produção de meios de produção encontrou aí um dos pontos-chaves de estrangulamento, na medida em que a taxa de inversão não se podia fazer independentemente da capacidade de importar. A indústria têxtil, que havia se situado neste modelo com os olhos no mercado externo, sofreu grave crise proveniente da pouca capacidade na importação de fios sintéticos e da escassez de fibras naturais – notadamente o algodão. A saída foi de suspender a exportação do algodão e liberar as taxas para importação de fios sintéticos, implicando numa inflexão ainda mais negativa do balanço de pagamentos. Mesmo assim muitas pequenas empresas cerraram suas portas e arrendaram seus maquinários às grandes que haviam conseguido manter seus estoques de matéria-prima.

O início das restrições dos incentivos fiscais e creditícios, a expansão da arrecadação tributária e o maior controle sob as empresas estatais, foram as medidas adotadas para se contrapor aos gastos públicos.

Com o decreto-lei n. 1376, de 1974, o governo introduziu modificações no sistema de incentivos fiscais e setoriais. Cabe lembrar que o NORDESTE tinha como fonte de recursos, especificamente, o sistema 34/18 e o depósito obrigatório do Tesouro, que eram entregues anualmente ao BNB. A alteração do decreto 34/18 significou nas altas esferas governamentais e entre os políticos nordestinos de maior influência, questionamentos. As mudanças do sistema 34/18 significava que os recursos captados, via deduções do imposto de renda, não mais seriam tomados diretamente pelas empresas, tendo que ser obtidos na SUDENE que os deveria dirigir aos investimentos considerados mais rentáveis, tratando também, esse órgão, de agilizar a implantação dos projetos aprovados. Caso as deduções para o FINOR (elemento proveniente daquele decreto) ficassem aquém das necessidades orçamentárias das

empresas, os recursos para os projetos aprovados deveriam ser completados pelo Tesouro Nacional.

Uma outra modificação foi a criação do PIN – Programa de Integração Nacional – que passou a captar parte dos recursos anteriormente destinados à SUDENE. Até mesmo políticos da ARENA diziam que a "criação do PIN, em 1971, e no ano seguinte, do PROTERRA, teriam cerca da metade dos recursos então destinados ao Nordeste. Apontavam que a construção da Transamazônica, da Cuiabá-Santarém e do asfaltamento da Belém-Brasília, se dera num programa de colonização cujos resultados não corresponderam aos grandes capitais investidos". ("Ineficaz a reforma dos incentivos fiscais", O Estado de São Paulo, 21/10/77). Em contrapartida, o ministro do Interior, Rangel Reis, dizia que com o PIN a Amazônia estava em fase de ocupação plena e que não mais subsistiam as preocupações com a segurança nacional.

O ministro Rangel Reis justificava as mudanças e os questionamentos havidos dizendo que "um obstáculo à maior participação de capitais locais no desenvolvimento da região, é a própria mentalidade do empresariado nordestino, que ainda não se encontra devidamente preparado para enfrentar um amplo programa de industrialização" (Industrialização é a tônica do Nordeste, O Estado de São Paulo, 16/04/78).

Repartindo com os demais órgãos de desenvolvimento regional e outros programas, os recursos para o Nordeste, de fato, diminuíram. Segundo dados do BNB, em 1962 o Nordeste recebeu através da Sudene, 100% dos incentivos fiscais, mas em 1977, com a reforma do sistema de incentivos fiscais, esse percentual caiu para 21%. Contudo os dados apontam para uma situação onde o binômio: injeção de dinheiro e desenvolvimento não se fazem correlatos. A posição da indústria nordestina no quadro brasileiro, após tantos anos de política de desenvolvimento regional, havia decrescido. Segundo Benedito Clayton Veras Alcântara, presidente do Centro Industrial do Ceará, em 1939, a participação da indústria do Nordeste era de 12.1% sobre o produto industrial brasileiro, baixando para 8% em 1960, 7% em 1963, 5.4% em 1966 e, finalmente, 4.4% em 1970, segundo dados da Conjuntura Econômica publicação da FGV, de 31/6/77. (Cf. "Empresários querem revitalização do NORDESTE", O Estado de São Paulo, 17/12/78).

A par da distribuição dos recursos entre os vários órgãos de financiamento, a necessidade de conter a inflação também se impôs. Como os gastos públicos haviam rebatido negativamente no orçamento monetário, exigindo contínua expansão da base monetária, ou seja, necessidades crescentes de emissão da moeda, a partir de 1979 os incentivos fiscais para promoção do capital privado foi, em parte transferido para o Orçamento Monetário, como medida para se equacionar o crescente déficit público.

Neste contexto o capital privado nacional teve deprimido parte de seus recursos provenientes de financiamentos, passando a tecer críticas ferrenhas ao crescimento das empresas estatais e às multinacionais. Eram apontados culpados pelo déficit público e pelo crescimento da inflação, as empresas e as instituições governamentais. O saneamento das empresas estatais se tornou a ordem do dia, mas se obteve pouco êxito dada a força política dessas empresas e instituições.

A crise se aprofundava. Saídas foram tentadas. A busca por créditos externos, a ida ao FMI e aos acordos firmados para o ajustamento da economia, acabaram significando o agravamento da recessão econômica. Dentro deste quadro outros setores sociais, as classes médias urbanas, foram alvo de ônus, desde a elevação dos impostos até a poupança forçada via contração salarial. O abismo havia chegado à classe média e assim, sossobrava o grande mercado consumidor da indústria nacional, que era pega, também, pelo lado da realização da mercadoria. Neste sentido os tributos indiretos também se comprimiram.

Diante desse quadro os governadores do NORDESTE e a SUDENE elaboraram um documento para ser entregue ao presidente Figueiredo apontando que as causas da pobreza do NORDESTE se assentavam na baixíssima produtividade agrícola e na participação apenas marginal e episódica (do NORDESTE) nos grandes fluxos de investimentos que modernizaram as atuais regiões desenvolvidas do País. Além disso faziam denúncia de fome no Nordeste. Contudo, os governadores acabaram recuando em suas denúncias, e o documento que elaboraram, o qual poderia ser interpretado como "uma pressão regional diante do governo federal, transformou-se na execução de uma meta já prevista e que aguardava a vez para ser colocada em prática" (NE: "após

a denúncia, o recuo", O Estado de São Paulo, 31/5/81). Era necessário resguardar os desmandos.

O senador por Alagoas, Teotônio Vilela, à frente de uma delegação do PMDB, declarou naquela ocasião que "da Bahia ao Rio Grande do Norte, a corrupção é tão grande que a gente fica com vergonha, mas o que ouvimos aqui foi muito além". Ele se referia às denúncias de corrupção no Plano de Emergência para atendimento aos flagelados. E, aludindo à operação "Chapéu de Couro" montada pelo SNI (Serviço Nacional de Informações) para apurar as denúncias de corrupção no Plano de Emergência, acrescentou: "Eles não vão punir quem praticou corrupção no Plano de Emergência, da mesma forma que não vão apurar quem colocou a bomba no Riocentro, porque foram elementos do governo" (Governadores do Nordeste apelam à Figueiredo, Jornal da Tarde, 19/5/81).

Todos sabiam que a pobreza não era um problema meramente teórico, exigindo, sim, um compromisso político de responsabilidade coletiva. O chamado esvaziamento da SUDENE significava, na verdade, a crescente fraqueza das lideranças políticas regionais diante de um quadro altamente recessivo. Em 1983, "O Nordeste recebeu através de investimentos fixos do governo federal menos recursos, a preços constantes, do que os recebidos em 1978 e 1979 e em três anos seguidos, de 1979 a 1981, houve queda real nos recursos aplicados pelo governo federal na região" ("Números mostram que prioridade foi só promessa", Jornal do Brasil, 22/5/88).

Crescente empobrecimento e industrialização fracassada em seu projeto de desenvolvimento marcaram duramente a realidade, fazendo daqueles projetos, apenas miragens. Quanto "à redução das disparidades regionais, o que se observa é que, ao invés de diminuírem, elas aumentaram, pois que a participação da renda *per capita* do Nordeste no Brasil, que era de 40.2% em 1949, reduziu-se para 35.1% em 1978 e, como de 1978 a 1983 os diferenciais de taxas de crescimento da renda entre o Nordeste e o Brasil têm sido de dois pontos percentuais, admite-se que hoje /1984/ o Nordeste tenha uma renda *per capita* que representa cerca de 32% da renda do brasileiro médio... No que tange ao processo de industrialização, a base da transformação estrutural da renda interna, a constatação, segundo Nilson Hollanda, é surpreendente: a estrutura econômica nordestina, no que respeita à

distribuição do produto interno por atividades, é a mesma de 1949. Neste período a indústria do Nordeste reduziu a sua participação no PIB regional de 15.3% para 15.1%, mostrando que o setor dinâmico líder de uma expansão mais acelerada da renda regional que é a indústria, ainda é marginal na economia e não ocupou a dimensão que se esperava e necessária à mudança do perfil de tal economia. ("Razões do relativo fracasso", Paulo Lustosa, deputado federal do PDS pelo Ceará, *Jornal do Brasil*, 20/11/83).

O resultado da intervenção do Estado numa dada região e o esvaziamento dos órgãos regionais de desenvolvimento ultrapassam à análise do desempenho das políticas de intervenção territorial. Essas políticas expressam um nível da realidade e necessitam ser repensadas também quanto ao seu processo de legitimação, e só assim se tornaria possível explicar porque a retórica regionalista perdeu sua força política, transformando o tema regional em caducidade da história, em modismo ultrapassado. As políticas de desenvolvimento regional, tomando-se como exemplo as

referentes ao NORDESTE, que tiveram momentos privilegiados no que diz respeito aos investimentos amparados pelo Estado até o processo de esvaziamento de seus órgãos de desenvolvimento regional, colocando questões que exigem não só entendimento do movimento geral da economia, como também das forças sociais envolvidas no processo de legitimação de tais políticas.

Com essas colocações queremos dizer que o tema regional não está caduco na história, nem consiste em discurso ultrapassado; está perdendo, é claro, a sua base institucional de se colocar como questão de Estado face à crise de rentabilidade do capital industrial que reduziu o papel da mobilidade espacial do capital como mecanismo privilegiado de se contornar a rentabilidade do capital industrial, comprometendo-se, assim, o sonho e o discurso de se diminuir as disparidades regionais de desenvolvimento assentados fortemente nesta mobilidade. Mas, para o ponto de vista acadêmico, esta nova realidade envolvendo o tema regional e sua relação com o Estado, é apenas mais um aspecto que o estudo regional deveria explicar em vez de se esquivar.